

Moçambique: Um dos Piores Países para os Idosos. Porquê?

António Francisco e Gustavo Sugahara

Nas últimas seis décadas a população idosa moçambicana, ou seja, pessoas com 60 anos ou mais de idade, quadruplicou, de pouco menos de 300 mil, em 1950, para cerca de 1,4 milhões actualmente. Este crescimento acompanha o aumento geral da população moçambicana, que vive uma transição demográfica incipiente de altas para baixas taxas de mortalidade e natalidade. Confirma-o a estagnação do índice de envelhecimento (IE) em torno de 11%, nos últimos 65 anos, em claro contraste com a média mundial do IE que aumentou de 27% para 47%, no mesmo período. Diferentemente dos países que já avançaram na transição demográfica, Moçambique encontra-se numa fase incipiente devido ao seu elevado subdesenvolvimento demográfico e económico. É neste contexto que precisamos de entender porque Moçambique é hoje um dos piores países para os idosos viverem. Só progredindo com sucesso na transição demográfica poderá Moçambique transformar a crescente proporção de idosos em envelhecimento populacional. Mas para se converter num país onde as pessoas de todas as idades possam desenvolver e ampliar seu potencial e ter uma vida melhor, terá de realizar também uma transição económica capaz de garantir a melhoria do desempenho em todos os domínios do Índice Global do Idoso, um novo indicador de medida da qualidade de vida e bem-estar socioeconómico.

Numa perspectiva ampla da história, viver 60 ou mais anos deve ser visto como uma conquista recente da humanidade. Felizmente, este é um privilégio desfrutado por cada vez mais pessoas no mundo. Privilégio, porque apenas uma pequena percentagem de pessoas que nascem e sobrevivem ao primeiro ano de vida conseguem a proeza de chegar aos 60 anos. A nível mundial são já 12,3% da população humana, correspondente a 901 milhões de idosos. Em Moçambique, este grupo representa uma parcela menor, apenas 5% da população. Dentre estes moçambicanos idosos só uma ínfima parte consegue viver a última etapa da sua vida com qualidade satisfatória. Em linhas gerais, estas são as principais constatações sobre Moçambique, presentes no relatório "Global AgeWatch Index 2015", recentemente publicado pela HelpAge International (2015); aqui designado em tradução livre por Índice Global de Idosos 2015 (IGI2015). Entre os 96 países contemplados no Índice Global de Idosos (IGI), cuja a população de idosos somada representa 91% do total mundial, Moçambique posiciona-se na 94ª posição, isto é

encontra-se entre os cinco países do índice com piores condições de vida para os idosos. Com a excepção do vizinho Malawi, estes países têm em comum uma longa história de elevada conflituosidade militar e política, como Afeganistão, Cisjordânia e Gaza e Paquistão (Tabela 1). Diferentemente da nossa reflexão do ano passado (Francisco and Sugahara, 2014), na sequência da divulgação do IGI2014, neste texto procuramos ir além do mero destaque dos resultados do IGI2015, por dois motivos. Primeiro, o perfil e desempenho de Moçambique retratado pelo relatório de 2015 reafirma o que nos foi dado conhecer no ano passado, com a diferença de que Moçambique passa do penúltimo para o antepenúltimo lugar; uma mudança de certo modo irrelevante, considerando as alterações metodológicas introduzidas no último relatório. Segundo, as principais variáveis que integram o IGI2015 são amplamente conhecidas e usadas, quer separadamente quer como parte de outros índices agregados de desenvolvimento (e.g. o índice de desenvolvimento humano - IDH). Para além da sua utilidade para acções políticas, no âmbito do activismo da sociedade civil (e.g., na campanha da HelpAge International, visando incorporar objectivos, metas e indicadores na nova agenda de desenvolvimento pós-2015 da ONU), justifica-se perguntar: será o IGI um índice redundante? Qual é a utilidade analítica de mais um índice de desenvolvimento, neste caso focalizado nos idosos, mas no fundo composto prati-

camente pelas mesmas variáveis incorporadas noutros índices, nomeadamente o IDH?

Se a resposta às questões anteriores ajudar a entender os determinantes directos do desempenho de Moçambique, como terceiro pior país para os idosos viverem, então, a redundância do novo índice fica justificada. Dizemos justificada porque, como tem mostrado Taleb (2012), nas suas investigações sobre incerteza, risco e fragilidade, a redundância está longe de ser gratuita ou inútil. O que seria gratuito era se o IGI passasse a ser usado para escamotear ou banalizar as diferentes dinâmicas de transformação demográfica, económica e sociocultural dos vários países que este novo índice procura medir e avaliar, em termos do desempenho comparado internacionalmente e sobretudo da dinâmica endógena a cada país.

MAIS IDOSOS, SEM ENVELHECIMENTO

A taxa de 5% de moçambicanos, na faixa etária idosa, ou seja, pessoas com 60 ou mais anos de vida, é uma taxa bruta ou grosseira para medir mudanças estruturais da população, do ponto de vista do envelhecimento. De facto, existem outros indicadores mais refinados, frequentemente usados na demografia, tais como: a idade mediana da população total (em anos) e o índice de envelhecimento (IE). Estranhamente tais indicadores são ignorados no relatório do IGI2015.

O IE é diferente do IGI, porque apenas mede a proporção de pessoas idosas em relação à população jovem. É geralmente expresso como o número de pessoas com 60 ou mais anos (ou também 65+) por cada 100 pessoas menores de 15 anos; ou seja, o rácio entre o topo e a base da pirâmide etária. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

Conjuntamente com a taxa de idoso e a idade mediana, o IE permite perceber a evolução e velocidade das mudanças na estrutura demográfica. No caso de Moçambique, verificamos que apesar do número de idosos ter quadruplicado, nos últimos 65 anos, a idade mediana e o IE mostram não existir ainda envelhecimento populacional. Em 1950, a idade mediana era 19,1 anos e o IE 11,2%. Em 2015, estima-se que a idade mediana ronde os 17,1 anos e o IE permaneça em 11,3%. Como mostra a Tabela 1 a diferença entre Moçambique e países similares a si é enorme, quando os comparamos com países que já avançaram na transição demográfica.

Em resumo, indicadores como taxa de idosos, idade mediana e IE permitem medir a evolução das mudanças na estrutura demográfica da

Tabela 1: Taxa de Idosos, Índice de Envelhecimento (IE) e Idade Mediana versus Índice Global de Idosos (IGI), 2015

		60+ (%)	IE (%)	Idade Mediana (anos)	IGI (%)
1	Suíça	24	160	42,3	90,1
2	Noruega	22	121	39,1	89,3
3	Suécia	26	148	41,0	84,4
4	Alemanha	28	214	46,2	84,3
5	Canadá	22	140	40,6	84
	(...)				
38	Portugal	27	193	44	52,9
	(...)				
42	Maurícias	15	76	35,3	51,8
	(...)				
92	Paquistão	7	19	22,5	12,7
93	Cisjordânia e	5	-	-	12,3
94	Moçambique	5	11	17,1	4,5
95	Malawi	5	11	17,2	4,1
96	Afeganistão	4	9	17,5	3,6

Fonte: HelpAge International 2015; UN, 2015

população, mas nada dizem sobre os determinantes institucionais ou organizacionais, mais directamente relacionados com o desempenho da qualidade de vida e bem-estar dos idosos. É a este nível que o novo índice, o IGI, pode desempenhar um importante papel analítico.

VIVER MAIS SEM VIVER MELHOR?

O IGI procura medir a natureza multidimensional da qualidade de vida e do bem-estar dos idosos, indicando assim focos concretos para definição de políticas públicas mais adequadas ao processo de envelhecimento populacional. Integra 13 indicadores diferentes, agrupados em quatro domínios-chave: i) Estado de saúde; ii) Segurança do rendimento; iii) Capacidade de educação e de emprego; e iv) Ambiente favorável. Numa escala de zero a 100, os países são avaliados segundo o valor sintético do agregado dos 13 indicadores do IGI. Assim, em 2015 Moçambique é avaliado com um desempenho de 4,5%, numa escala potencial de 100 (Figura 1).

Considerando as quatro dimensões do IGI vejamos, de baixo para cima, o que representa cada uma delas. No domínio do estado da saúde Moçambique apresenta um desempenho inferior a um quinto (18,9%), do valor máximo, reflectindo a esperança de vida aos 60 anos (16 anos), a esperança de vida saudável aos 60 anos (11,6 anos) e o relativo bem-estar psicológico (95,7%). Quanto à segurança de rendimento, o desempenho de Moçambique é inferior a um quarto (23%) da pontuação máxima. Este valor baseia-se na incidência de pobreza dos idosos (19%), na renda nacional bruta (RNB) per capita (US\$ 1.018), a segunda mais baixa no grupo; no tipo de sistema de pensões, principalmente sua cobertura (17,3%), mas não considera a regularidade e o valor monetário das prestações. Inclui ainda um indicador de bem-estar relativo do idoso (90,8%). Eventualmente, à medida que o domínio da segurança de rendimento for aperfeiçoado poderá converter-se em mais um indicador de medida da inclusão e exclusão socioeconómica. Neste sentido, foi com satisfação que os autores deste texto viram o recente trabalho do IESE ser usado no relatório do IGI2015, na caracterização das condições de vida dos idosos moçambicanos (Francisco et al., 2013).

Quanto ao domínio da capacidade de emprego e educação, como ilustra a Figura 1, é o que apresenta pior desempenho, entre os quatro domínios do IGI. Moçambique é dos países com maior participação de idosos na actividade laboral (70,4%), por dois motivos principais. Ao longo da sua vida adulta a maioria dos idosos tem sido incapaz de criar reservas, individualmente ou familiares. Por outro lado, a sociedade moçambicana não tem criado mecanismos públicos e privados adequados às necessidades da dupla transição, demográfica e económica, que apenas iniciou.

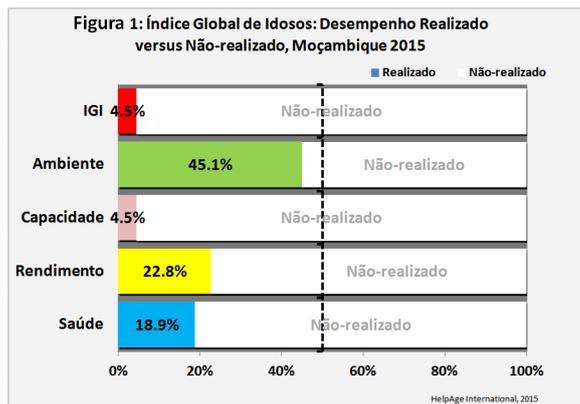
Finalmente, sobre o “ambiente favorável”, Moçambique apresenta um desempenho de 45%, o melhor nível entre os quatro do IGI. Este desempenho reflecte o nível de conexão social (72%), a segurança física individual (31%), liberdade pessoal cívica (60%) e o acesso a transportes públicos (31%). Contudo, na classificação

internacional, este é o único domínio que coloca Moçambique no último lugar, entre os 96 países contemplados.

Não sendo possível alongar muito mais este texto, nem incluir um gráfico similar à Figura 1, com os dados médios mundiais, podemos salientar as diferenças. A média mundial do IGI em 2015 ronda 50%, uma notável diferença relativamente aos irrisórios 4,5% de desempenho moçambicano.

O PARADOXO DO SUBDESENVOLVIMENTO

A capacidade do IGI revelar e reflectir a evolução demográfica e económica depende da forma como articulamos este novo índice com os indicadores de estrutura, acima referidos. Outros comentários metodológicos poderão ser deixados



para futura oportunidade. Aqui, apenas sublinhamos nossa surpresa que o relatório do IGI2015 ignore indicadores de estrutura tão importantes para uma melhor análise. Considerados em conjunto, fica definitivamente mais fácil perceber que o baixo nível do IGI, no caso moçambicano, deriva do elevado subdesenvolvimento demográfico e económico, um subdesenvolvimento institucional e organizacional, mas também da própria estrutura demográfica da população.

Um país com uma taxa de idosos de 5%, idade mediana da população total rondando os 17 anos, e 11% de IE, tem de facto uma população subdesenvolvida, em termos demográficos e económicos. O subdesenvolvimento demográfico moçambicano manifesta-se de múltiplas maneiras: população muito jovem e dependente do regime demográfico antigo (RDA) de altas taxas de mortalidade e natalidade. Moçambique já iniciou a ruptura com o RDA, como testemunha a elevada taxa de crescimento populacional (cerca de 2,3%) e a aceleração da taxa de duplicação populacional de 48 anos, em 1950, para 25 anos, presentemente (UN, 2015). Porém, enquanto a transição da fecundidade não emergir e se harmonizar com a transição da mortalidade, a transição demográfica, propriamente dita, permanecerá incipiente (Francisco, 2011). Por outro lado, o subdesenvolvimento económico moçambicano manifesta-se na igualmente incipiente mudança da estrutura económica, nomeadamente a quase inexistência de transição dos modos de produção mercantil simples e precários, para formas de acumulação de capital e poupanças (individual, familiar e pública), capazes de sustentar sistemas de protecção social consistentes com o regime demográfico moderno (RDM), de baixas taxas de mortalidade e natalidade e crescimento popula-

cional tendencialmente próximo de zero.

A sociedade moçambicana aspira a uma maior esperança média de vida, mas não se mostra preparada para lidar com as implicações do alargamento da longevidade, nomeadamente as inevitáveis mudanças na organização sexual, reprodutiva e social, usando o ajustamento da fecundidade e composição familiar à baixa mortalidade. Este é um dos muitos paradoxos do subdesenvolvimento, num contexto de crescente desenvolvimento global: cria aspirações e elevadas expectativas dissonantes ou desajustadas da capacidade necessária para as realizar.

Evidências recentes indicam que enquanto os países não embarcam numa transição da fecundidade o aumento da esperança média de vida tem um efeito negativo no crescimento económico (Cervellati and Sunde, 2015). Não sendo viável, nem mesmo moral ou humanamente aceitável, tentar inverter a tendência da transição da mortalidade, resta uma alternativa. A transição da fecundidade moçambicana terá, eventualmente, que juntar e harmonizar-se com a transição da mortalidade, em curso, há mais de meio século. Se isto ainda não aconteceu, suspeitamos que seja devido ao lento e fraco progresso na transformação económica. Com um crescimento económico tão dependente da poupança externa, como um de nós tem ilustrado em trabalhos recentes, é improvável que os fluxos económicos intergeracionais característicos do RDM substituam os do RDA, na primeira metade do corrente século XXI. E em quando assim for, dificilmente Moçambique deixará de ser um dos piores países no mundo para os idosos viverem.

REFERÊNCIAS

- Cervellati, M., Sunde, U., 2015. The Economic and Demographic Transition, Mortality, and Comparative Development. *Am. Econ. J. Macroecon.* 73 189–225.
- Francisco, A., 2011. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Rev. Estud. Demográficos* 49, 5–35.
- Francisco, A., Sugahara, G., 2014. Moçambique é o 95o no Índice Global de Idosos: Um dos Piores Países para Viver e Envelhecer. *Savana* No 1082 Outubro Pp 14-15.
- Francisco, A., Sugahara, G., Fisker, P., 2013. *Growing Old in Mozambique: Dynamics of Well-being and Poverty*, 1a ed. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.
- HelpAge International, 2015. *Global Age Watch Index 2015: Insight Report*. HelpAge International, London.
- Taleb, N.N., 2012. *Antifragil: Coisa que Beneficiam da Desordem*, 1ª ed. Dom Quixote, Alfragide.
- UN, 2015. *World Population Prospects, the 2015 Revision [WWW Document]*. U. N. Dep. Econ. Soc. Aff. Popul. Div. URL <http://esa.un.org/unpd/wpp/>.